

RESUMOS DE TESES

MANUEL FERREIRA: FICÇÃO CABOVERDIANA EM CAUSA*

Luzia Garcia do Nascimento

Entendendo que a crítica de todos os ângulos da obra de Manuel Ferreira seria inviável no espaço restrito deste trabalho, especialmente por ser tão ampla e multifacetada, não me propus a analisá-la por completo, nem mesmo com relação à sua inteira obra ficcional de motivação africana. Seria material para várias etapas tratar do conjunto todo da obra de Manuel Ferreira, que vai da ficção (de temática lisboeta ou caboverdiana), à literatura infantil, à crítica, à teoria e à história literárias.

O presente estudo limitou-se, assim, à exploração dos recursos técnicos que, enquanto elementos constituintes da narratologia, implicam em invocar os elementos intrínsecos da obra, embora não pretenda esgotá-los.

Tratou-se, então, do evasimismo pelo fato de constituir uma temática 'coletiva' dos escritores caboverdianos do período colonialista. Para tanto, fez-se uma abordagem de outros escritores coetâneos do autor de *Hora di Bai*, com o intuito de mostrar como é recorrente a representação de um povo que "com o passar dos séculos e desventuras, (...) sentindo-se asfixiado na sua Própria Terra viu-se obrigado a emigrar para o Estrangeiro, não só para garantir a subsistência, como também ajudar a salvar a vida dos familiares que ficavam ao desamparo da sorte e da Opressão Policiada", segundo reitera o caboverdiano Luis Romano, na obra em publicação *Uli'ME. Aspectos Literários*.

No primeiro capítulo procurei organizar uma visão panorâmica da história de Cabo Verde, tangenciando problemas sócio-políticos do Arqui-

* Resumo de tese de doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH da USP.

pélago. O caboverdiano tem que defrontar-se com as dificuldades de ordem ecológica resultantes da situação geográfica de seu país, de região semi-desértica, ou mesmo desértica — por que não dizer? — como a do Sahara, no caso das Ilhas de Sal e de Maio. E mais: com o corolário sócio-econômico e a conseqüente falta de interesse político de aplicação de recursos em terra que não daria retorno a investimentos num bom sistema de infra-estrutura. Por fim, o saldo dramático da dispersão caboverdiana que tanto repercutiu na literatura islena, com fortes e repetidos ecos na obra de Manuel Ferreira.

No capítulo referente a *Morna* ressaltei a relevância do tempo para destacar o binômio passado-presente, reforçando uma isotopia espaço-temporal em que se desenvolvem essas narrativas. Esse é o constante jogo de seu primeiro livro, a mostrar presente-futuro amalgamados na dicotomia ansiedade-esperança, tônica da obra.

O tempo, pois, passa a recurso com o qual o narrador estabelece o jogo constante passado-presente que se projeta no presente-futuro onde se instauram as ansiedades e expectativas do ilhéu. Daí a relevância do tempo em *Morna* que também haverá nos contos e romances, culminando num eixo de futuro-presente em *Voz de prisão*, configurado pelo concerto das vozes dos narradores, comungantes, sempre, da mesma diáspora caboverdiana.

Em *Morabeza* registra-se uma evolução no procedimento narrativo, pela forma de integração de discurso e nível diegético, isto é, sistema sócio-econômico-ideológico refletido na obra. Para tanto o narrador introduz ações afluentes que não sacrificam a ordem temporal do discurso trabalhado para as estórias se presentificarem na dinâmica dos diálogos, pela omissão de verbos 'dicendi' e 'sentiendi'. Para conseguir o efeito de indiciar o comportamento das personagens, o narrador centra o foco em um 'fora' e em um 'dentro', permitindo-se maior flexibilidade no ângulo de visão. Com o concurso de narração e descrição, de 'telling' e 'showing' fica preparada a atmosfera e o narrador, então, através da junção de 'oratio recta' e 'oratio Obliqua' estimula a atenção do leitor que se norteia e, portanto, não se perde no 'free indirect speech', ou no fluxo de consciência que começa a aparecer na narrativa de Ferreira.

Em *Hora di Bai* o narrador dá um passo a frente, ao captar opticamente a devastação que ocorre nesse mundo 'Sahelien', onde ao vazio aberto pela erosão da terra, segue-se o vácuo da nostalgia de seu habitante. Retomando o jogo de 'telling' e 'showing' o romancista o intensifica em direção de permeabilizar a mente das personagens, facilitando o acesso do leitor à consciência delas na qual repercute a ação que vivem. O narrador por vezes deixa de falar com sua própria voz para dar a voz a uma ideologia da própria personagem que a manifesta, havendo momentos em que se percebe alguém a descrever cenas como se as tivesse vivido. Com esta técnica de familiaridade há uma aproximação leitor virtual e narrador-autor.

Já em *Voz de prisão* o enfoque é outro por haver uma identificação narrador-personagem quando ele substitui sua função de contador de histórias pela de ouvinte das mesmas, passando a narratário. Importante o papel que o narratário então assume como mais uma voz no processo de proliferação de vozes da narrativa. Essa técnica do narratário, incipiente nos contos, atinge sua plenitude neste romance.

Manuel Ferreira filtrou os recursos utilizados nos três primeiros livros, depurando-os, pois, no último, principalmente através da técnica do fluxo de consciência. É a razão pela qual no início do capítulo dedicado ao último romance considerei pertinente retomar o conceito e a evolução dessa técnica, registrando em seguida as oscilações semânticas do termo, bem como o depoimento dos especialistas na matéria. O autor valeu-se de outros elementos que lhe propiciaram embaralhar histórias passadas, presentes e até futuras, constituindo-se o romance de uma inusitada fecundação de episódios que vão surgindo tumultuadamente, sem uma divisão sequer em capítulos. *Voz de prisão* está, portanto, distante do modelo tradicional de *Hora di Bai*, tão dentro da convenção romanesca já pela divisão em seus cinquenta e três bem recortados capítulos.

Pelo que foi visto, fica patente a nítida e profunda evolução na obra de temática caboverdiana de Manuel Ferreira. Verifique-se, por exemplo, que em alguns dos contos de *Morna* e *Morabeza* e nos dois romances em estudo, *Hora di Bai* e *Voz de prisão*, ocorre um eterno reinício da ação, com final em aberto, para o leitor assumir a direção da trama como lhe aprouver, já que lhe é oferecido, com o 'open end', dar asas a sua imaginação. A cadeia de eventos sem 'explicit', ou seja, de forma aberta, como processo avançado de narração se anuncia em *Morna*, com contos de epílogo lasso: "Nha Joana", "D. Ester, chá das cinco", "A raiva de Nhô João", ou que desaguam numa espacialização: "O cargueiro tornou ao porto", e "Nhô Vicente conte a história". Em *Morabeza*, três contos trazem essas mesmas marcas: "Os mandongues de Pudjinho Sena", "Felipe cabeça de peixe", e "Dia domingo em casa de amigos". Deste procedimento Manuel Ferreira avança para o desfecho em 'open end' em contos como "uma flor entre os cardos", "Belinha foi ao baile pela primeira vez", "Antonietta" e "Puchinho" (de *Morna*); e em "Nha dos Ramos" "Quando as chuvas não voltam mais", e "Amarito" em especial (de *Morabeza*) e nos romances *Hora di Bai* e *Voz de prisão*.

No âmbito de seu romance, Ferreira, que inaugurara o processo em *Hora di Bai*, chega ao seu pleno domínio em *Voz de prisão*, como se procurou demonstrar.

Eis, portanto, um dos enfoques que me possibilitaram seguir a evolução do processo narrativo em sua obra.

Afora esse recurso, apontei outros com o intuito de mostrar a contínua atualização do Autor quanto às técnicas da narrativa, tendência típica

de um escritor atuante não só na crítica e no ensaísmo — com que reiteradamente divulga a literatura dos países africanos de língua portuguesa — mas também, pois, em sua obra de ficção.

Em resumo, nos contos Ferreira começa a introduzir os modernos recursos literários, procedimento que seria ampliado e aprofundado nos romances. Em *Hora di Bai*, desenvolve certas técnicas, como o 'telling' e o 'showing', e visão 'par derrière' e 'avec', por exemplo, dado o espaço-tempo privilegiado que o romance oferece. Assim ocorre na construção de um amplo cenário, no qual diferentes personagens vivem variadas ações que, ao cabo, se juntam na formação de um grupo articulado, o herói coletivo caboverdiano.

Um aspecto digno de registro na obra de Manuel Ferreira é a simbiose Europa-África. O Escritor, de origem européia, parte da observação atenta dos momentos de angústia e de alegria que tomam conta do africano. Pausadamente se encaminha para a cada vez mais acentuada interiorização dos problemas que o incitam a uma visão por dentro das situações islenas. Afinal, se dilui na empatia com os ilhéus, denunciada pela veiculação ideológica em plural, através dos múltiplos narradores que passam a proliferar em suas narrativas e da figura do narratário pela qual se patenteia sua identificação com a história. Poder-se-ia dizer que em sua última etapa, por meio de uma visão 'par derrière' dos múltiplos narradores de *Voz de prisão* é 'avec' o narrador-personagem que o leitor conhece as visões dos falantes em uma espacialização diversa, porém unificadas na mente do narrador, que assim as transfere ao leitor.

Do ponto de vista histórico-literário, é duplamente notável o caso desse escritor europeu: primeiro, porque tendo vivido na África colonial portuguesa, evoluiu da percepção do drama do colonizado africano, a cúmplice dele, abraçando a causa do caboverdiano que denunciou e imortalizou através de sua ficção; segundo, porque sua ficção marca-se pelo timbre dinâmico em que a referida simbiose se processa, na persistente atualização das técnicas da narrativa ocidental.

OS BIJAGÓS DA GUINÉ-BISSAU

Subsídios para o estudo do processo de transformação da
economia tradicional e seus impactos sócio-culturais*

Dilma de Melo Silva

O presente trabalho pretende oferecer subsídios para o estudo do processo de transformação em curso em inúmeros países africanos, a partir de um "estudo de caso" junto a um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau, os Bijagós.

A situação atual da África, resultante de um longo período de dominação colonial, apresenta um quadro no qual sobressai a emergência de novos Estados no cenário internacional, procurando livrar-se dos problemas deixados pelo colonialismo. Vemos então o desenrolar de um drama social com a introdução de inovações econômicas e implantação de tecnologias "mais avançadas"; e, nesse processo de alteração estrutural, outras formas de viver, de pensar, outros valores são introduzidos, uma vez que a economia não se dá no vazio, e a modernização significa a modernização de homens.

Inúmeros são os ingredientes difundidos no processo: justificação do lucro e do acúmulo de riquezas; exaltação dos incentivos proporcionados pelo individualismo; legitimação da ação ou relação baseada no interesse; justificação da apropriação; valorização da conceituação de instituições; surgimento da competição e concorrência como elementos dinâmicos norteadores das ações, entre outros.

Essas transformações econômicas trazem "desigualdades crescentes" com efeitos irreversíveis no seio das populações atingidas, pois, nas estruturas comunitárias introduz-se um fermento que precipita a desintegração da ordem e organização social vigentes, propiciando a emergência de outros estilos de vida.

* Resumo de tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho. Dezembro de 1984.

Procuramos colocar o objeto de estudo dentro do contexto de expansão do capitalismo, como sugere Balandier, e desse modo, restituir a História à sociedade analisada, buscando sua dinâmica social, sob a dupla figura: "du dedans" e "dehors".

A questão é tratada na perspectiva de Schwartz, que leva em conta a gestão da ordem mundial, pondo em relevo a "mística do desenvolvimento", que elabora projetos de desenvolvimento, nos países centrais, num quase total desconhecimento das realidades sociais onde os projetos irão atuar. Desse modo, as culturas enquadradas nestes projetos são encaradas como "exóticas" e não como *portadores de outros valores civilizatório: próprios*. A nível internacional estabelece uma "ajuda" para permitir aos países recém-emergentes superar "sua pobreza". Para isso, as ex-metrópoles criadoras da pobreza nas colônias, se dispõem a cooperar para que essa mesma pobreza desapareça; são enviados especialistas, equipamentos, planos, capital; estudos preliminares são elaborados, estratégias e metodologias são definidas, *tudo conforme o modelo do país de origem dos técnicos*.

Neste trabalho, pareceu-nos indispensável um estudo diferencial das formações sociais que se articulam sob outros princípios, com uma necessária revisão da sociologia e antropologia para que não sirvam a uma justificação de um neocolonialismo, mas para que as ciências sociais possam permitir a apreensão dos "efeitos perversos" — consequências não esperadas de ações intencionais — dos projetos que podem ferir diferentes camadas da população.

Para tal faz-se necessário um entendimento da dialética "tradição-modernidade", elucidando que não são entidades separadas e absolutas, mas se envolvem numa totalidade contraditória e ambígua, são conjuntos co-ocorrentes, sendo preciso buscarmos a dinâmica das chamadas "sociedades tradicionais" onde coexistem a "tradição" e o "moderno" com a permanência de uma estrutura advinda dos espaços específicos da vida comunitária e uma outra estrutura se elaborando a partir do Estado que se organiza. Essas sociedades são portadoras de "muitos possíveis", devendo o pesquisador buscar captar esse dinamismo capaz de fazer surgir novas configurações que trazem consigo mudanças de natureza estrutural.

Esse "case-study" procura mostrar que muitas populações são enquadradas em "projetos de desenvolvimento" mas não participam dos níveis de decisão; as unidades básicas, as aldeias, não são consultadas, senão depois dos acordos firmados, dos técnicos contratados, das metas e estratégias definidas. As jovens nações africanas recebem ou compram tecnologia altamente sofisticada, adotam um modelo econômico exportador dependente do mercado internacional, depois, devem *motivar* as populações envolvidas. Ao colocar em execução um projeto de desenvolvimento os dirigentes — a elite modernista, segundo Balandier — se dão conta de que sua

margem de manobra é extremamente limitada face “à prodigiosa máquina internacional cujas infra-estruturas são controladas e monopolizadas pelos países ocidentais”; aos poucos, esses dirigentes descobrem que o jogo de interesses torna-se um combate desigual e ambíguo. Todos querem que a Guiné-Bissau “progrida”, todos apresentam “soluções para o país”, pois: querem vender seus produtos, estender seu modelo, deter os bolcheviques, transferir sua tecnologia e a consciência da “superioridade” de seus valores...

Essas nações começam a ser solapadas e influenciadas pelos padrões ocidentais num quadro em que nem sequer houve um benefício material; as aldeias são arruinadas, o modo de vida destruído, a fome e desnutrição ameaças constantes, a desafricanização crescente. E o que se pretende atingir, é um final nem sempre feliz: a espiral sem fim da aquisição de bens...

TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO AFRICANISTA: IDEOLOGIA E LINGUAGEM*

Isabel Ferin Cunha

Desde a antiguidade a África Negra tem sido objeto de estudos e trabalhos no campo das Ciências Humanas.

As primeiras informações encontramos-las em autores, como Heródoto e Estrabão, em referências de viajantes árabes ou europeus. Depois, um salto no tempo... e a África Negra, civilização de tradição oral, passa a ser conhecida enquanto cultura e história, através dos relatórios dos administradores das colônias, dos antropólogos e sociólogos europeus a serviço das Metrôpoles.

Esta enorme massa de informação africanista encontra-se reunida em grandes instituições européias desde os finais do século XVIII, início do século XIX, séculos que marcam a expansão colonial realizada de uma forma sistemática.

É desta época, a fundação de instituições como a Royal Geographical Society of London (1830), a Société Royal Belge d'Études Géographiques (1876), a Société de Géographie, na França (1829), a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). Posteriormente surgem outros tipos de instituições voltadas simultaneamente para o treinamento de especialistas em administração colonial e para o estudo das sociedades tradicionais africanas (necessário para a "colonização científica"). Estão neste caso o Centre d'Analyse et de Recherche Documentaire pour l'Afrique Noire (Paris) ou o Musée Royal de l'Afrique Central (Tervuren-Bélgica), a Junta de Investigações Coloniais (depois do Ultramar, em Lisboa) ou a School of Oriental and African Studies em Londres ou ainda em África, mas sob controle europeu, quer direto, quer cultural, instituições como o Institut Français d'Afrique Noire. Estas instituições reúnem não só a maior massa de infor-

* Resumo de dissertação de Mestrado sob o título "*Descolonizar*" uma linguagem; a documentação africanista, apresentada à Escola de Comunicações e Artes da U.S.P.

mações, mas também o maior corpo de especialistas, sendo financiadas pelos seus governos. Os seus trabalhos resultam num produto-informação transferido através de bibliografias, boletins analíticos, resumos de teses e trabalhos, além de revistas, rapidamente publicados em forma de livro por grandes casas editoras como a Payot ou a PUF, em França, ou a Mansell de Londres e a Zell de Oxford ou, ainda, a Mass G.K. Hall de Boston.

Das independências até hoje deram-se algumas alterações no quadro da transferência da informação africana.

Por um lado, os países africanos tentam a todo custo controlar e possuir cópias das fontes documentais que lhes pertencem. E para isto é de fundamental importância o trabalho que está sendo realizado pela UNESCO, de levantamento das fontes para a História da África. Por outro lado, africanos possuidores do instrumental cultural ocidental têm tentado, não sem dificuldades, encarar as Ciências Humanas em África, de uma forma africana (com toda a ambigüidade do que é "africano"), sem contudo renegarem os instrumentais adquiridos. Estão neste caso pensadores como Cheikh Anta Diop, Mudimbé e Houtondji, entre outros.

Tentativa de alterar o quadro de poder na transferência de informação africanista, são também, a Revista *Présence Africaine*, preferencialmente para o espaço de Língua Oficial Francesa, ou a East African Publishing House de Nairobi para o espaço de Língua Oficial Inglesa, ou ainda os Institutos Nacionais do Livro e do Disco e Associações de Escritores nos países de Língua Oficial Portuguesa.

No entanto, um grave problema subsiste, uma questão que se pode enunciar simplesmente como: linguagem e ideologia na transferência da informação africanista. Questão que se faz sentir, principalmente, no produto-informação gerado nas instituições ocidentais possuidoras de documentação relativa à África Negra. Produto-informação que reflete não só a linguagem-ideologia de quem escreve sobre a África Negra, mas também a visão sobre esse continente que existe nos instrumentos de trabalho e material de codificação utilizados em biblioteconomia, disciplina que embasa, quer se queira, quer não, a transferência da informação.

Tomemos como exemplo a linguagem-ideologia na documentação de tipo antropológico. O levantamento dar-nos-a uma série de palavras, muitas vezes aparecendo como binômios de significações opostas, cronologicamente identificáveis em função da história colonial europeia.

Exemplifiquemos: a "descoberta" de "Novos Mundos" pelos europeus levantou, logo à partida, a questão, de como conciliar as Escrituras com o conhecimento de povos tão diversos e estranhos. O mito do "bom selvagem", surge então como tentativa de conciliação, na medida em que se procura neste mito, o antepassado do homem "civilizado", transferindo os fracassos da civilização europeia para a "exaltação das virtudes" dos povos ditos "primitivos" não corrompidos pelos vícios da "Civilização". É através destes

povos que a sociedade ocidental se questiona, o "homem selvagem" é objeto de estudo, o "homem civilizado" o único e exclusivo sujeito que o estuda. O europeicentrismo está constantemente presente, e não é senão através da sua própria cultura que o europeu se apercebe da realidade do "mundo selvagem" que em si mesmo continua estranho e inacessível. Os "povos primitivos" são os antepassados dos "civilizados" e a leitura desses povos reflete, narcisisticamente, a imagem que o próprio ocidental quer ter de si mesmo, ora como "estádio ultrapassado", ora como "paraíso perdido", mas de qualquer forma recuperável na "civilização avançada" que atingiu.

Enquanto a linguagem do século das Luzes se organiza nos binômios, "selvagem-civilizado", "primitivo-ocidental", a ideologia centra-se em dois pólos: a crítica ao sistema escravagista e ao elogio da revolta dos escravos. Estes dois pontos não se inserem num quadro puro e simples de humanitarismo (Revolução Francesa), ou de interesses econômicos expostos nos princípios dos filósofos e dos fisiocratas (expansão mercantilista), mas na concepção, em sentido lato, do que é civilização ocidental e cristã, e na construção de um sistema de colonização mais apropriado, portanto, mais rentável.

No reformismo do sistema escravagista e na abolição da escravatura, surge uma nova linguagem utilizando as expressões "revolta do escravo", "martírio", a "beleza da luta pela liberdade" e, implicitamente, uma nova ideologia, que se traduz na "missão e fardo do homem branco" de "civilizar" e "colonizar". Isto é, ao homem branco cabe a "missão" de trazer ao convívio da "Civilização" os povos dela distanciados. Pata tal, utiliza duas armas, a religião e a conquista. Pela primeira, acultura, assimila, "civiliza"; pela segunda, subjuga, domina, "coloniza".

Os viajantes do século XIX, à época das travessias continentais utilizam, ainda, uma linguagem humanitarista. Eles querem "aliviar" os povos da sua "miséria", para isso, proclamam a necessidade da "civilização" e "evangelização". Levingstone, Brazza, Stanley, Capelo e Ivens, falam do dever moral dos europeus de moralizar as sociedades africanas, de trazê-las para o "seio da civilização". O interesse econômico não é claramente expresso, se bem que as riquezas naturais sejam constantemente referidas em seus escritos. Com a ocupação efetiva dos territórios, após a Conferência de Berlim, surge a antropologia como ciência estruturada, visceralmente ligada aos interesses da colonização, uma nova ciência, entendida como um método não histórico de estudar e avaliar as culturas e as sociedades dos "povos primitivos", os que não possuem "uma história digna de ser estudada", aqueles que eram inferiores aos europeus e que podiam ser diferenciados destes pela pigmentação da pele.

A revolução industrial, e a subsequente necessidade de matérias-primas e de aberturas de novos mercados, trazem uma alteração na concepção da

função do trabalho, considerado, agora, como gerador de riquezas excedentárias e transformando o “bom selvagem” em “primitivo” e as suas “virtudes naturais” em “preguiça”. O que em termos práticos significa a autojustificação do Ocidente fazer com que as sociedades africanas, e não só, passem de uma situação de trabalho ecologicamente definido, para a exploração da sua terra em benefício das fábricas e dos consumidores europeus. Citando Leclerc (1: p. 16): “Partindo da equação civilização igual a trabalho, entendida no sentido restrito (ou moderno) de produção negociável, diferenciada com a finalidade do grupo individual, a antropologia evolucionista do fim do século XIX identificará a civilização com o Ocidente industrial e estabelecerá uma tipologia das sociedades, em função do seu nível tecnológico”.

Assim, tem-se uma ideologia vinculada à evolução no sentido tecnológico. Esta evolução expressa-se em “atraso”, “estádios culturais”, “primários” utilizando como método o comparativismo, hierarquizando as diferentes culturas em relação umas às outras, em “evoluidas/não evoluidas”, e tendo como parâmetro a civilização europeia. Dentro desta perspectiva o “assimilacionismo” seria o fim último, já que a adoção e incorporação dos valores da “Cultura/Civilização”, dar-se-ia devido à sua “excelência” e “superioridade”, sendo o caminho natural de todos os povos para chegar ao “Homem Civilizado”.

Mas tal não aconteceu, “O primitivo não quis civilizar-se”, e, por outro lado, a Primeira Guerra Mundial, veio desmitificar, um pouco, o “Super-Homem”, racional, ocidental criado por Hegel e a sua crença, na “evolução, sentido único da humanidade.

A política colonial inglesa reconheceu o fato e mostrou-se pragmática, dando origem a uma nova corrente antropológica — o funcionalismo — ligada à “indirect rule”. Aqui inauguram-se os estudos da “minha tribo”, fala-se dos “particularismos” e se contrapõe o “estatismo” africano à “dinâmica” europeia. Perde-se a noção de conjunto para os estudos locais, com predominância dos “usos e costumes” mas onde se pretende compreender as seqüências de crescimento e as leis gerais que regem cada sociedade. A nível ideológico, pretende-se uma africanização da colonização — a fim de a tornar mais duradoura e eficaz — mantendo-a controlada pelo governo da colônia.

Após as independências, a antropologia, demasiado desgastada pela ação colonial, é substituída pela sociologia, o que não corresponde necessariamente a uma alteração a nível ideológico. Citando Schwarz (2: pp. 56 e 57): “En remplaçant une discipline par une autre, on ne remplace pas

- 1 LECLERC, Gérard. *Crítica da antropologia: ensaio acerca da história do africanismo*. Lisboa, Ed. Estampa, 1973.
- 2 SCHWARZ, Alf. *Colonialistes, africanistes et Africains*. Laval, Nouvelle Optique, 1979.

forcément les fondements théoriques que déterminent la parenté entre ces disciplines. La sociologie et l'anthropologie avaient toujours en commun une même descendance de l'épistémologie positiviste, un même passé Evolutionniste, une même orientation fonctionnaliste et empiriciste". Surgem, então novos mitos veiculados no Ocidente e transmitidos para África, agora de uma forma mais sutil e mais perigosa, já que não há armas de fogo para as impor, mas sim uma endocolonização, consentida, desejada e poucas vezes denunciada. É a imagem/mito do "desenvolvimento/progresso" que transporta para dentro de cada país, a lógica imposta pelo sistema mundial de "Centro/periferia", "Civilização/Selvagem", "Ocidentais, Ocidentalizados/ Primitiva, Selvagens". A dicotomia já não é somente imposição exógena, mas endógena, ela é uma linguagem ideologicamente assumida, mais ou menos conscientemente, pelas elites governantes ocidentalizadas e por seus intelectuais que se debatem entre "modelos a adotar"; "mudanças" (tudo é mudança política, econômica, cultural, social, religiosa); "sincretismo" e a reivindicação de uma realidade abstrata — África — em construção.

Com estes exemplos de linguagem/ideologia na documentação antropológica relativa à África Negra, pretendeu-se, apenas, ilustrar a existência não só de uma linguagem própria e preconceituosa como também de uma ideologia subjacente que se reflete por sua vez na transferência do produto-informação e nos códigos e material de biblioteconomia utilizados no tratamento da documentação.

Reflexo que se faz sentir, por um lado no instrumental biblioteconômico na medida em que sendo códigos, tabelas, tesouros, isto é linguagens estruturadas de tratamento da documentação, fixam o uso de determinadas expressões, retiradas por sua vez dessa documentação que utiliza uma linguagem/ideologia específica, por outro, no próprio produto-informação, na medida em que transfere para o usuário/leitor essa mesma linguagem/ideologia.

Comprovando este círculo vicioso de linguagem/ideologia na transferência da informação, basta analisar catálogos e índices de grandes instituições como o Musée Royal de l'Afrique Centrale (Tervuren-Bélgica) ou o Centre d'Études Africaines (CEA-CARDAN, Paris). Notar-se-á que o produto-informação transferido, padece às vezes de forma mais evidente do que outras, da influência dessa linguagem/ideologia contida tanto na documentação como nos instrumentos de trabalho biblioteconômico. E não é raro encontrar-se termos como "usos e costumes", "arte primitiva" ou ainda no caso da antropologia, listagens de assuntos, bem localizadas historicamente como: Antropologia aplicada; Antropologia comparada; Antropologia cultural; Antropologia estrutural; Antropologia funcionalista; Antropologia econômica; Antropologia jurídica; Antropologia física; Antropologia política; Antropologia pré-histórica; Antropologia psicológica; Antropologia social etc.

Várias hipóteses de trabalho têm sido levantadas para resolver esta questão. Primeiramente existe praticamente um consenso a nível das instituições europeias (e falo daquelas que me foi dado observar na Bélgica, França, Itália e Portugal) e das instituições africanas da África de Língua Francesa (de que possuo cópias de inquéritos) de que para o tratamento da documentação é necessário uma linguagem estruturada própria, isto é, o que em biblioteconomia se chama de vocabulário controlado, índices e tesouros. Por outro lado, existe também um consenso de que as classificações como a CDD, CDU ou mesmo a da Biblioteca do Congresso apenas poderão servir como auxiliares, para colocação do livro na estante ou como pistas de assuntos. Isto porque qualquer destas tabelas relegam a África Negra e assuntos afins para o grupo "outras...", isto é, a África Negra não existe nesses instrumentos de trabalho biblioteconômico, enquanto história, geografia, línguas, cultura, economias específicas etc. etc. Sem ser tão drástica no "esquecimento" de África como a CDD ou a CDU, a Classificação da Biblioteca do Congresso, é por demais atrelada à política e aos interesses dos Estados Unidos e disso é exemplo, para quem quiser observar, o tratamento dado a itens como Angola, onde aparece enquanto colônia portuguesa e enquanto "satélite" da URSS (sic) ou a temas como cultura afro-brasileira, que existe enquanto influências africanas no Brasil. — "Brazil — Civilization — African influence (sic).

Posto isto, existe uma tendência para a formação de tesouros africanistas, elaborados por equipes compostas de bibliotecários/documentalistas e especialistas de África nas diferentes áreas (antropólogos, sociólogos, lingüistas, economistas etc.).

Exemplo desta tendência é o tesouro realizado em 1976 pelo Centre d'Études Africaines (CEA/CARDAN, Paris), intitulado "Thesaurus d'Études Africaines". Contudo, este tesouro ainda levanta alguns problemas na sua estruturação e aplicação, não só no tratamento da documentação da África de Língua Francesa (seu objetivo) mas sobretudo se se quiser aplicar à documentação da África de Língua Portuguesa, que seria para nós, no Brasil, o mais interessante.

Os problemas de estruturação são de forma geral: o baixo grau de formalização da linguagem na qual se exprimem as Ciências Humanas, o que levanta logo à partida problemas de ordem semântica; terem sido consideradas obras de referência, gerais e não estudos especializados sobre diferentes domínios como nomenclatura étnica, política, jurídica etc., apesar de serem citadas fontes para a sua consulta; realizar-se a coleta dos termos sobre títulos das teses, livros, artigos de periódicos de um tempo determinado, o que restringe o vocabulário e reflete os interesses de um certo período de pesquisa; palavras vernáculas que aparecem no meio do texto, quase não figuram como descritores, enquanto que designações de unidades históricas, reinos e outras formas de Estado, aparecem como descritores, apesar de não figurarem nos títulos, portanto um desnível de análise.

Quanto aos problemas levantados por ser um tesouro para a documentação da África de Língua Oficial Francesa são, fundamentalmente, dois: utilização, quer de termos africanos em línguas vernáculas, quer incorporadas à língua francesa; coloração europeia do vocabulário estabelecido, baseado num conjunto lexical que pertence a uma civilização exterior àque-la que é descrita.

Observadas estas tendências, temos então, que para o tratamento da documentação africana do espaço de Língua Oficial Portuguesa, o que nos interessa, quer seja Brasil, Portugal, ou os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, torna-se necessário a construção de uma linguagem estruturada (vocabulário controlado, indexação ou tesouro) própria, que leve em conta a coloração ideológica da linguagem dessa documentação, assim como os particularismos regionais e nacionais adquiridos pela língua portuguesa.

Para isto, tornar-se-ia de primordial importância, num primeiro momento, a articulação das instituições que reúnem e produzem documentação sobre África, no sentido de formarem equipas de bibliotecários/documentalistas e especialistas que estudem e elaborem propostas para a formação de uma linguagem estruturada comum. Tendo em conta questões básicas como: os princípios gerais de construção de uma linguagem estruturada; o estudo lingüístico de palavras e conceitos; as áreas culturais e os espaços geográficos; os termos/conceitos e a sua utilização histórica; assim como a uniformização da terminologia especializada.

Somente com uma linguagem estruturada, elaborada a esta amplitude, reunindo o consenso de todos os países que falam português, poder-se-ia chegar à obtenção de um instrumento capaz de transferir um produto-informação, desvinculado da ideologia/linguagem desta documentação e apto a responder às necessidades de comunicação/informação sobre África dentro do espaço de língua portuguesa.